



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA
O PRIMEIRO-MINISTRO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DO
3º CONGRESSO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**

**“A Educação como pilar da consolidação da Identidade e do
Desenvolvimento da Nação”**

Díli
15 de maio de 2017

Excelências

Senhor ex-Presidente da República e Prémio Nobel da Paz, Dr. José Ramos-Horta
Senhor ex-Primeiro-Ministro e Presidente da RAEOA, Dr. Mari Alkatiri
Senhor Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro da Educação
Senhora e Senhor Vice-Ministros da Educação
Membros do Parlamento Nacional e colegas membros do Governo
Senhores ex-Titulares da pasta da Educação em Timor-Leste e ex-Ministro do Ensino Superior de Cabo Verde
Reverendíssimos Padres e Reverendíssimas Madres

Exmos. Senhores

Representantes do Corpo Diplomático e parceiros de desenvolvimento
Representantes das Confissões Religiosas e da Sociedade Civil
Magníficos Reitores das Universidades de Timor-Leste
Professores, pais, profissionais de educação e alunos
Oradores e moderadores

Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que me encontro perante tão ilustre e representativa audiência. É sempre motivo de contentamento constatar que estamos perante uma “casa cheia”, sobretudo quando essa casa se enche para discutir conceitos, ideias, e pontos de vista sobre um setor que é uma prioridade nacional e de interesse comum, sobre um setor que, sem dúvida nenhuma, é o pilar da consolidação da identidade e do desenvolvimento da nação: a Educação! que é de resto o tema deste 3º Congresso Nacional.

Reconheço aqui a presença dos profissionais de educação, professores, administradores escolares, diretores, vindos de todos os municípios, e vejo também representantes dos vários partidos políticos, da igreja católica e das outras confissões religiosas, da sociedade civil, alguns dos intelectuais timorenses e ex-titulares da pasta da educação.

Reitero a todos as boas vindas a este 3º Congresso Nacional da Educação!

Somos todos, realmente, indispensáveis para pensar sobre a Educação no nosso país, para discutir ideias e trocar pontos de vista num diálogo que se quer inclusivo, transparente e tanto melhor quanto mais participativo.

Estamos a falar da área que é o centro “nevrálgico” do desenvolvimento da sociedade. A educação tem um papel de suma importância na construção e formação da identidade do indivíduo, na sua formação social e na formação dos seus conceitos e valores sociais, morais e éticos. E são os indivíduos, e é a sociedade, que vão construir uma nação e permitir que ela se desenvolva e avance.

É a Educação que contribui para a vivência numa sociedade democrática, para um ambiente de paz, liberdade e justiça social, onde seja cada vez menor a sensação de injustiça, os conflitos, a pobreza e a exclusão social dando cada vez mais espaço a uma convivência social

inclusiva e em harmonia. Além disto, a Educação é também sabedoria e conhecimento técnico e científico que permite catapultar o desenvolvimento em várias escalas.

É por tudo isto que a Educação é um direito fundamental, tal como consagra a nossa Constituição, e é para o seu garante que o Governo tem vindo a trabalhar empenhadamente, para garantir que todos os cidadãos tenham igual oportunidade de acesso à escola e para garantir qualidade nos vários graus de ensino.

E o resultado desse empenho e da implementação da política da educação, cujo resultado (outcome) é dificilmente mensurável num curto prazo, tem vindo a revelar-se positivo ao nível dos “input e output”, ainda que todos reconheçamos que uma série de desafios subsistem, e também por isso estamos aqui hoje.

No computo geral, no ensino pré-escolar, básico e secundário, vimos aumentar significativamente o número de escolas: em 2001 tínhamos 943 escolas e em 2016 temos 1.715, o que significa mais 772 infraestruturas; o número de alunos, segundo a estatística de 2016, teve um aumento de 64% face a 2001 (isto é, de 238.639 para 391.611); e o número de docentes aumentou 113% em relação ao ano de 2001 (isto é, de 6.541 para 13.948).

Diminuímos o rácio do número de alunos por professor de 36 para 28 e aumentámos a taxa de líquida de acesso de 13% para 15% no ensino pré-escolar e de 26% para 32% no ensino secundário, por exemplo, durante os últimos 3 anos.

De forma a aumentar as condições de aprendizagem dos alunos, equipámos as escolas do ensino básico, secundário e politécnico com cerca de 98.500 conjuntos de mesas e cadeiras e distribuímos mais de 957 mil manuais e materiais didáticos para os diversos níveis de ensino.

No que respeita ao Ensino Secundário Técnico Vocacional, o VI Governo Constitucional pôs em marcha a implementação do programa de expansão em 21 escolas do ensino secundário, alvo de conversão faseada, beneficiando quase 3.500 alunos.

No Ensino Superior Universitário, reavaliámos classes paralelas; definimos mecanismos para a legalização dos diplomas dos cursos de pós-graduação de universidades estrangeiras e apoiámos o Ensino Superior Privado. Recordo que em 2011 tínhamos 23.460 alunos e 948 professores, em 2015 passamos a ter mais de 50.500 alunos para mais de 2.100 professores neste nível de ensino. E recentemente inaugurámos o Instituto Politécnico de Betano, que vai permitir a frequência de 260 alunos.

Elaborámos e distribuímos, nas línguas oficiais, os planos de aula dos novos currículos do 1º e 2º ciclos do ensino básico, concluímos a implementação do novo currículo do Ensino Secundário Técnico Vocacional e realizámos formação contínua a mais de 10.700 professores da carreira docente sobre os novos conteúdos curriculares.

E através dos 13 Centros de Aprendizagem e Formação Escolar (CAFE), conseguimos abranger mais de 6.600 alunos e 100 jovens recém-licenciados.

Entretanto, no que diz respeito aos resultados obtidos pelo sistema educativo em termos de qualidade, deve-se sublinhar que não dispomos de dados conclusivos.

Por exemplo, as taxas de repetência e abandono escolar são altas, especialmente entre os alunos dos primeiros ciclos do ensino básico. Uma avaliação da capacidade de leitura dos primeiros anos do ensino básico, realizada em 2009, constatou que mais de 70% dos estudantes no fim do primeiro ano não conseguiam ler nenhuma palavra de um simples texto em Português e em Tetum, diminuindo para 40% no fim do segundo ano.

Somente cerca de um terço dos estudantes do 3º ano podiam ler 60 palavras por minuto (quantidade de palavras que é convencionalmente requerida como base indispensável para uma melhor aprendizagem por parte do estudante) e responder corretamente a perguntas simples de compreensão.

O último inquérito nacional sobre a força do trabalho efetuado em 2013 aponta para 60% de desadequação entre habilidades requeridas para o emprego e o nível de educação dos empregados, tendo o mercado de trabalho em Timor-Leste preferência para empregar trabalhadores de nível secundário (42,1%) comparado com o nível universitário (apenas 1,4%) e, ironicamente, com melhores salários para os de nível secundário (em média 640 dólares por mês, comparado com 578 dólares para os de nível universitário).

Excelências
Senhoras e Senhores

Estes são apenas alguns exemplos dos resultados da implementação das nossas políticas e do investimento na Educação, através do nosso orçamento de Estado.

E o nosso orçamento de Estado, se tivermos em conta que quando falamos de Educação, falamos não só da estrutura do Ministério da Educação mas também do financiamento das infraestruturas da Educação através do Fundo de Infraestruturas, da UNTL e do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano, tem dedicado uma média de 9.21% dos orçamentos aprovados desde 2015 e, segundo os dados estatísticos da UNESCO apurados até 2014, tem vindo a investir uma percentagem do nosso PIB muito superior à dos países da região da Ásia-Pacífico, isto é, 7.9% para Timor-Leste enquanto que para a região da Ásia-Pacífico é só de 3.9%.

Se pensarmos que houve um ligeiro abrandamento da percentagem de financiamento para a Educação face a anos anteriores, não nos podemos esquecer que Timor-Leste, sendo um país em desenvolvimento e tendo vivido uma situação de conflito, tem de cabimentar no seu orçamento de Estado a construção de infraestruturas básicas, que incluem estradas, pontes e eletricidade entre outras, que são aliás condições *sine qua non* também para o acesso à educação, para que o país e o povo possam crescer e desenvolver-se de forma sustentável.

Mas se pensarmos igualmente que esse ligeiro abrandamento financeiro não foi impeditivo de apresentar resultados importantes, como os que anteriormente referi, então temos de reconhecer que a obtenção de resultados pode não estar somente associada ao orçamento propriamente dito, mas também, e principalmente à capacidade de o gerir, priorizar e implementar de acordo com as políticas de educação definidas.

Creio que estes são apenas alguns exemplos que podem servir de base ou ponto de partida, para discutir estes e outros aspetos do nosso sistema educativo que merecem, sem dúvida, serem analisados de forma profunda e honesta.

Excelências
Senhoras e Senhores

As políticas de educação que temos vindo a implementar, e que estão refletidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento e nos Programas do Governo, assentam, de uma forma geral, na Política Nacional de Educação definida para o período de 2006 a 2010, que foi publicada em forma de Resolução do Governo em 2007, assinada pelo então Primeiro-Ministro Dr. José Ramos-Horta, política essa que também serviu de pista para a elaboração da Lei de Bases da Educação, aprovada no ano seguinte.

Volvidos uma década na implementação dessas políticas urge fazer a pergunta: a nossa política educacional está adequada às realidades de Timor-Leste neste século XXI? Se não, o que é que está desajustado, e como calibrá-lo em função dos desafios que o País enfrenta? Sabemos exatamente para onde caminhamos com a nossa educação? Qual é o resultado que se espera do nosso sistema educativo? Ou dito de outra forma, qual é o perfil do Timorense que se pretende formar neste século XXI? Está o nosso sistema educativo a formar cidadãos aptos para o novo milénio, isto é, cidadãos ou quadros que sejam capazes de inspirar confiança onde quer que estejam colocados, cidadãos ou quadros capazes de aprenderem e desenvolverem as suas potencialidades numa forma autónoma, cidadãos ou quadros capazes de serem contribuidores ativos para o desenvolvimento socioeconómico do País, e acima de tudo, cidadãos e quadros conscientes das suas responsabilidades para com o Estado e Nação?

Para além dessas questões de fundo, de substância, do cerne de todas as questões, o que parece, à superfície, não gerar concordância são algumas especificidades e, portanto, talvez devesse ser por elas que devêssemos começar. Será que o que queremos é começar tudo de novo? ou melhorar o que pode ser melhorado, corrigir o que pode ser corrigido e reforçar o que pode ser continuado? Em países com grandes sucessos na área da educação, como por exemplo a Singapura, para citar apenas um, o sistema educativo é desenhado para ser constantemente uma resposta aos condicionalismos internos e externos ao País, preparando os cidadãos para estarem à altura dos desafios dentro de cada horizonte temporal, e contribuírem para o desenvolvimento socioeconómico do País.

Para isso há que pensar de forma pragmática e, sobretudo, ser realista. Há que ser honesto e realista a curto prazo para podermos trabalhar para o sucesso a médio e longo prazo. Aproveitar a realidade para planear o que se pretende alcançar num futuro e num futuro próximo, até porque como sabem o resultado deste tipo de políticas não é imediato.

E neste curto prazo temos de definir prioridades em relação a questões que, como disse há pouco, geram discordância ou são pouco claras, por exemplo: a formação de professores, a questão da língua como veículo de ensino e a capacidade de administração e gestão escolar, entre outras.

Estamos perante medidas que se prendem com estratégia e planeamento cuja implementação vai influenciar a sua eficiência e eficácia. Definindo objetivos, melhor se consegue planear como alcançá-los.

Aliás, o Ministério da Educação é já um dos órgãos governamentais que, resultado das medidas do Governo para reduzir as despesas supérfluas, faz o seu planeamento anual com base na orçamentação por programas. O exercício de definir programas, metas e indicadores de acordo com os objetivos, calcular o financiamento necessário para os atingir e conseguir monitorizá-los, recolheu e continuará a recolher, bons dividendos.

E é neste sentido que devemos projetar:

- Será possível, em 2020, ensinar em português em todas as escolas?
- Como vamos ultrapassar a barreira da literacia e da numeracia nas nossas crianças?
- Como vamos apurar as reais necessidades pedagógicas e académicas e desenhar o modelo mais adequado de formação dos professores?
- E que mecanismos podemos criar para que a administração e gestão escolar concorram para implementar as políticas educativas e conseguirem melhores resultados dos alunos?

São inúmeras as questões relevantes e a serem ponderadas no âmbito da educação. A educação é mais do que, se me permitem a analogia, “um quadro, uma mesa, uma cadeira e um professor”. Se quisermos que ela seja “o pilar da consolidação da identidade e do desenvolvimento da nação” a educação deve debruçar-se essencialmente sobre que tipo de cidadão Timorense se pretende formar, mediante uma definição clara e inequívoca dos Resultados Desejados na Educação (RDE), resultados esses que devem servir como uma espécie de bússola norteadora para a adequação dos currículos nacionais, para a adoção de métodos pedagógicos e mecanismos de avaliação, para a capacitação profissional dos professores, e para a formação de novos professores.

Dito de outra forma, uma vez claramente definido os RDE é de suma importância que haja um alinhamento e um esforço harmonioso entre políticas, práticas e preparação, (ou seja entre os três Ps). Existem três elementos-chave nos sistemas educativos: o Ministério da Educação que define as políticas educativas (o P de Políticas), as Escolas e/ou Universidades que põem em prática as políticas definidas pelo Ministério (o P de Prática), e as instituições de preparação dos professores (o P de Preparação).

Num sistema educativo solidário, é imprescindível esta relação e parceria tripartidária, que contribui para uma clara perceção do papel de cada um, no esforço de atingir os RDE.

Este modelo de 3Ps só é exequível quando houver respeito mútuo entre as três partes. A experiência da vida demonstra que muitas vezes os definidores de política (nos Ministérios de Educação) tendem a impor os seus pontos de vista pelo facto de serem mandatados como “decisores políticos”, enquanto os académicos das instituições de formação de professores se consideram “melhor informados” na base das suas próprias pesquisas, ou na dos seus congéneres noutros países, demonstrando alguma “arrogância académica”, e os gestores ou administradores dos estabelecimentos de ensino e os professores pensam que são os que melhor conhecem a realidade das escolas e universidades, e daí o advogarem uma espécie de “únicos detentores do conhecimento do terreno” que devem ser forçosamente ouvidos.

Esse tipo de “primordialismos” nesses componentes dos sistemas educativos apenas podem ser ultrapassados se houver mútuo respeito entre eles, e que as perspetivas de cada parceiro sejam consideradas com igual importância. É inquestionável que as práticas nas escolas e a preparação de professores devem ser guiadas por políticas bem definidas, mas também não é menos importante que as políticas tenham em conta as realidades encaradas nas escolas e/ou universidades, e que as políticas educativas devem, em última análise, suportar o papel profissional dos professores, e não constituírem obstáculos para o exercício cabal da profissão.

Excelências
Senhoras e senhores

É preciso pensar o futuro e chamar os políticos, os gestores, os professores e todos os profissionais do setor da educação, a implementá-lo.

Este é o fórum apropriado para uma participação inclusiva de todos aqueles que definem e implementam a política e que sentem, de forma mais concreta, os reais constrangimentos e as barreiras que podem ser derrubadas ou ultrapassadas.

E em boa altura se realiza, passados cerca de 10 anos desde o último congresso da área; terminada a 1ª fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento, e cuja avaliação sobre a sua implementação está já numa fase final, e perto da realização das eleições parlamentares e da entrada em funções de um novo Governo, de onde sairá um novo programa para os próximos 5 anos. E a juntar a isto, ainda o facto de termos os dados do último Censos de 2015, onde se dá conta de um aumento da nossa população, dado que claramente não nos pode passar ao lado.

É importante agora que os 6 Grupos Técnicos de Trabalho, criados para cada uma das áreas-chave, trabalhe os seus temas e consiga chegar a uma série de sugestões que, acredito, vão ser “à medida” daquilo que cabe na nossa realidade educativa, até porque são quem melhor a conhece.

Quero, por isso, felicitar a Comissão Organizadora, e todos os grupos de trabalho, pela iniciativa e pela estrutura do evento. Faço votos que seja um diálogo franco, honesto e realista para que o seu resultado seja na mesma escala.

Desejo-vos muito sucesso para os trabalhos que se seguem com o objetivo de que na Educação, somos, na gíria do lema do VI Governo Constitucional, “Um por Todos e Todos por Um!”

Declaro agora aberto o 3º Congresso Nacional da Educação!

Muito obrigado.

15 de maio de 2017

Dr. Rui Maria de Araújo